

UNIVERSIDADE DO MINHO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE LICENCIATURA
ANO LETIVO 2015/2016

Autor: Maria do Carmo Medina Monteiro, N.º 2539

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Maria do Carmo Medina Monteiro

Morada: Chã de Alecrim

Naturalidade: Santo Antão

Móvel: 9894486

E-mail: maria.medinacv@gmail.com

ENTIDADE ACOLHEDORA

Designação: Assembleia Nacional

Endereço: Achada Santo António

Site: www.parlamento.cv

Telefones: 00+(2388) 2608000; Fax: +(238) 2622660

ORIENTADOR DO ESTÁGIO

Virgílio Graça

Cargo/Função: Técnico Parlamentar

Risanda Soares

Cargo/Função: Coordenadora do Curso

LISTA DE ABREVIATURAS

AN- Assembleia Nacional

ANP- Assembleia Nacional Popular

ACP- Africa Caraíbas e Pacífico

APF- Associação Parlamentar da Francofonia

AP- Administração Pública

ACP- Africa, Caraíbas e Pacífico

AP-CPLP - Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

AP-CPLP- Associação Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CDU- Classificação Decimal Universal

CEDEAO- Comunidade Económica do Estados da África Ocidental

DRPI- Direção de Relações Públicas e Internacionais

LOPE- Lei de Organização Política e do Estado

ICCA- Instituto da Criança e do Adolescente

DSDIP: Direção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar

PCCS- Plano de Cargos, Carreiras e Salários

RAN- Regimento da Assembleia Nacional

UA- União Africana

UIP- União Interparlamentar

PLC- Processo legislativo comum

CI- Centro de Informática

TIC- Tecnologias de Informação e comunicação

DSAF - Direção de Serviços Administrativos e Financeiros

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, que me incentivaram em jeito de muito agradecimento pelos esforços que fizeram, para que hoje fosse possível a conclusão dos meus estudos universitários.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de qualquer tese de estudo, por muito individual que seja, requer o apoio de outras pessoas e instituições. Sendo assim, é com um sentimento de imensa satisfação que escrevo estas palavras de agradecimento à todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Ainda, um agradecimento especial deve:

- A professora, Risanda Soares, pela sábia orientação e disponibilidade demonstradas, pelos ensinamentos e encorajamento que me transmitiu, sobretudo nos momentos mais difíceis da minha investigação;
- Aos meus pais, João Lúcio Monteiro e Maria de Fátima Medina, aos meus irmãos e irmãs, pela compreensão e por tudo o que tem feito por mim, sobretudo ao longo dos quatro anos dos meus estudos.
- A colega Nélida Neves pelo apoio e colaboração durante a realização do trabalho.
- Aos orientadores no local de estágio, pelo acompanhamento e orientação durante o estágio.

À todos, muito obrigado!

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I - DESCRIÇÃO ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE	3
1.1. Historial do Palácio da Assembleia Nacional.....	3
1.1.1. O Palácio da Assembleia Nacional	4
ELEIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL.....	6
1.2. A Orgânica e Funcionamento da Instituição	8
1.2.1. O Plenário da Assembleia Nacional.....	9
1.2.2. O Presidente da Assembleia Nacional	9
1.2.3. O Conselho de Administração.....	10
1.2.4. Serviços da Assembleia Nacional	10
1.3. Gestão e Organização Documental.....	11
1.4. No que tange à Organização e Gestão Documental da Assembleia Nacional ela é garantida através da:	11
1.5. A Comunicação Interna:	12
1.6. A Organização e Gestão Financeira.....	14
1.7. Uma Breve descrição dos Departamentos	15
1.7.1 Direção dos Serviços Parlamentares (DSP).....	15
1.7.2 Direção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar (DSDIP)	15
1.7.3 A Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF)	16
1.7.4 A Direção de Serviços de Relações Públicas e Internacionais (DSRPI).....	17
1.7.5 À Direção de Serviços de Informática (DSI).....	17
1.7.6 Entidades colaboradoras externas.....	18
1.7.7 Relações com organismos Internacionais.....	19
1.7.8 Grupos Parlamentares de amizade da Assembleia Nacional:.....	19
CAPÍTULO II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	20
CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO	22
3.1. INTRODUÇÃO	22
3.2. Justificação.....	22
3.3. Objetivos.....	23
3.4. Metodologia	23
3.5. Conceitos-chave.....	24

3.6	Contextualização das Relações Externas da Assembleia Nacional de Cabo Verde	27
3.7	Breve Descrição do departamento das Relações Exteriores da ANCV e da ARP	30
3.7.1	Departamento das Relações Exteriores da ANCV tem como funções:	30
3.8	Relações Interparlamentares	31
3.9	Áreas de Cooperação entre a ANCV e ARP	32
3.10	Gestão dos programas de cooperação	33
3.10.1	Princípios e repartição de custos do programa de cooperação do triénio	33
3.10.2	Responsabilidade do Parlamento anfitrião	35
3.10.3	Ações de Cooperação Parlamentar no Triénio	35
3.11	Melhorias no ANCV	37
3.11.1	Área de Apoio Parlamentar	39
3.11.2	Área de Biblioteca, Documentação, Informação Parlamentar e Arquivo	40
3.11.3	Área de Informática	41
3.12	Impacto do Programa no Funcionamento dos Serviços da ANCV	41
3.12.1	Área de Informática	42
3.12.2	Área de apoio Parlamentar	43
3.12.3	Área de Biblioteca, Informação Parlamentar, Arquivo e Atividade Editorial	44
3.13	Recomendações/ Constrangimentos	44
	CONCLUSÃO	46
	BIBLIOGRAFIA	49
	ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

No âmbito da conclusão da Licenciatura em Ciências Políticas e Relações Internacionais, contém um estágio que foi realizado em três meses na Assembleia Nacional. O estágio curricular é um ponto importante da carreira universitária, visto que proporciona o contacto com a realidade profissional, complementa o ciclo de formação através da realização de atividades averiguadas em situação de execução.

Tivemos a oportunidade de fazer o estágio na Assembleia Nacional, mas precisamente na Direção dos Serviços Parlamentares, na Divisão de Estudos de Impactos Legislativos e Apoio as Comissões, na Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros, na Divisão de Administração e Recursos Humanos e na Direção das Relações Públicas e Internacionais. Com o término do estágio, será realizado um trabalho final denominado: Relatório acompanhado de um Estudo de Caso sobre a cooperação da Assembleia Nacional de Cabo Verde o caso de Portugal.

Neste sentido, pretendemos com este relatório descrever as atividades realizadas durante o período de estágio na Assembleia Nacional, situado em Achada Santo António, cidade da Praia. De realçar que o referido estágio teve início á 09 de Março e terminou 09 de Junho. O estágio teve duração de 480 horas, tendo sido dividido em 8 horas por dia.

O Parlamento de Cabo Verde é constituído por uma única Câmara, designada Assembleia Nacional. Sendo um dos órgãos de soberania consagrados na Constituição, para além do Presidente da República, do Governo e dos Tribunais, é, nos termos da lei fundamental, “a assembleia representativa de todos os cidadãos cabo-verdianos”.

A Constituição, o Regimento e o Estatuto dos Deputados definem as competências e as regras de funcionamento da Assembleia Nacional, os direitos e deveres dos seus Membros, garantindo as relações de separação de poderes e interdependências relativamente aos outros órgãos de soberania.

Para além da função primordial de representação, a Assembleia Nacional tem a competência de assegurar a aprovação das leis fundamentais da República e a vigilância pelo cumprimento da Constituição, das leis e dos atos do Governo e da Administração.

Este relatório de estágio está ligado ao plano curricular de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, na Universidade do Mindelo e tem por objetivo reforçar os conhecimentos adquiridos ao longo da curso (aulas teóricas), promover a inserção progressiva e orientada no exercício da atividade profissional.

Por conseguinte será desenvolvido ao longo do relatório um estudo de caso sobre o tema Cooperação Parlamentar da Assembleia Nacional de Cabo Verde: O caso de Portugal, cujo objetivo é analisar até que ponto o programa de cooperação entre o Parlamento Cabo-verdiano e a Assembleia da República de Portugal (ARP) tem contribuído para o desenvolvimento da Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV).

O Relatório de Estágio encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Uma introdução, onde se faz o enquadramento do trabalho, tal como a metodologia usada, os objetivos e a apresentação do tema a ser tratado;
- Descrição da entidade acolhedora (Assembleia Nacional);
- Apreciação dos objetivos iniciais;
- Atividades desempenhadas e resultados conseguidos no estágio
- Estudo de Caso: Cooperação parlamentar da Assembleia Nacional de Cabo Verde o caso de Portugal;
- Análise crítica;
- Problemas a realçar;
- As considerações finais.

CAPITULO I - DESCRIÇÃO ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE

1.1. Historial do Palácio da Assembleia Nacional

A Assembleia Nacional o marco da história política de Cabo Verde, pois é aí que se toma todas as decisões importantes para o país, assumindo o papel de palco principal dos grandes momentos e decisões. Durante os 40 anos de sua existência, foi protagonista de várias ações que marcaram para sempre a Nação cabo-verdiana.

Um grande momento e que ficará gravado na nossa história e existência enquanto nação tem a ver com a proclamação da independência nacional em Julho de 1975. Pelas 16 horas e 30 minutos, do dia 4 de Julho de 1975, um dia antes da proclamação da Independência da República de Cabo Verde, reuniram-se na Câmara Municipal da Cidade da Praia, os 56 Deputados eleitos a 30 de Junho do mesmo ano por todos os círculos eleitorais, para a constituição da AN de Cabo Verde.

Nessa Sessão histórica, foi eleito Abílio Augusto Monteiro Duarte como 1º Presidente da Assembleia Nacional Popular, Olívio Melício Pires como 1ª Vice-Presidente e Alexandre Ramos de Pina como 2ª Vice-Presidente, foi assim a composição da primeira mesa da ANP – Assembleia Nacional Popular.

A 1ª Sessão da ANP aprovou o Texto da Proclamação da República de Cabo Verde, lido no dia seguinte aquando das festividades e cerimónias oficiais e a Lei da organização Política do Estado (LOPE).¹

Por outro lado, pode-se dizer, que essa Assembleia aprovou, ainda, outras leis que formalizaram o direito de existência dos partidos políticos e as condições legais de

¹ (<http://www.parlamento.cv/primeirasessaocivan1991.aspx>).

separação entre os poderes legislativo e executivo: a Lei do Regime Jurídico dos Partidos Políticos; a Lei Eleitoral para a ANP e para Presidente da República.

No dia 25 de Fevereiro de 1991, após as primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde, realizadas a 13 de Janeiro, em que participaram o PAICV e o MPD, com o segundo a conseguir uma maioria absoluta, iniciou-se a Sessão Constitutiva da IV Legislatura da AN. Essa Assembleia foi constituída por 79 Deputados: sendo 56 eleitos pelo MPD e 23 pelo PAICV.

Nessa Sessão Histórica foi eleito como Presidente da AN o Dr. Amílcar Spencer Lopes, como 1º Vice o Engª. António do Espírito Santo Fonseca e como 2º Vice o Dr. José Carlos da Cruz. A 20 de Maio do mesmo ano teve início a 1ª Sessão Legislativa da IV Legislatura, inaugurando, assim, a 2ª República. Nessa sessão foram apresentadas várias propostas de Leis entre as quais destacamos, pela sua importância para a casa Parlamentar, as seguintes:

- I- A proposta de Lei que revê o Regimento da ANP
- II- A proposta de Lei que define o Estatuto da Oposição

Estes são os acontecimentos mais relevantes da atividade parlamentar em Cabo Verde, mas ainda falta muito por dizer, tendo em conta que a História do Parlamento cabo-verdiano ainda está por fazer.

1.1.1. O Palácio da Assembleia Nacional

As primeiras instalações onde funcionou a Assembleia foi o edifício onde atualmente funciona a sede Nacional do PAICV. As sessões plenárias aconteciam no Salão Josina Machel, no Liceu Domingos Ramos, antigo Liceu Adriano Moreira.

O Palácio da AN – na época ANP – foi construído através da Cooperação Técnica com a República Popular da China. Segundo os documentos da época, os primeiros acordos foram assinados em 1976, seguindo-se vários outros em diferentes áreas, com vantagens para ambos os países. Assim, o Palácio da Assembleia, foi construído entre 1982 e 1985 e ocupa uma área de 40.000 metros quadrados, dos quais 12000 metros de superfície

estão ocupados por gabinetes, Sala de Sessões, Biblioteca, Salão Nobre, Salão de Banquetes e Motel.

A inauguração do Palácio da AN aconteceu no dia 28 de Outubro de 1985, pelo Chefe de Estado, na altura o Presidente Aristides Pereira, na presença de uma importante Delegação Parlamentar chinesa, chefiada pelo seu Vice-Presidente Liao Hansen. O acontecimento foi caracterizado, pela imprensa, como “importante para a dignificação da instituição parlamentar cabo-verdiana”.

Destaca-se o Hall de Entrada do Palácio da AN que faz parte da estrutura original do Palácio e trata-se de um espaço amplo, específico da arquitetura Chinesa, majestoso e que é muitas vezes aproveitado para outras ações tais como exposições, homenagens, cerimónias, officas e exéquias de personalidades e entidades oficiais.

Temos ainda, o Salão Nobre que recebeu o nome de Salão Nobre Abílio Duarte no ano de 2002, em homenagem ao primeiro Presidente do Parlamento cabo-verdiano. Faz parte do edifício central do Palácio, com capacidade para 820 lugares sentados, o Salão Nobre acolhe Fóruns e Conferências Internacionais, atos políticos, shows e grandes eventos culturais. Grandes artistas, nacionais e estrangeiros, já pisaram o palco do Salão Nobre, tais como Ildo Lobo, João Bosco, Sara Tavares, Cesária Évora, Bana, Lura, Mayra Andrade entre outros.

Pode-se destacar ainda o Salão de Banquetes, que como o nome diz, está vocacionado para a realização de banquetes na AN. Todavia é também um espaço utilizado para a realização de eventos públicos e atividades de instituições do Estado e privadas, tais como, fóruns, aberturas de ano parlamentar, formações, ações políticas, fazem parte do rol de atividades desenvolvidas no Salão de Banquetes.

A Biblioteca da AN serve aos Deputados e funcionários, mas também é aberta ao público. Entre os usuários estão os estudantes e professores universitários, alunos de escolas secundárias, pesquisadores, funcionários públicos. Dispõe de uma sala de leitura/estudos e do acervo contam em torno de 10.000 títulos, jornais, publicações do Boletim Oficial, revistas especializadas. Conta ainda com um Arquivo Parlamentar,

onde podem ser consultadas atas das sessões parlamentares de legislaturas passadas e outros materiais que foram considerados de arquivo.

ELEIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL

A Assembleia Nacional é a assembleia que representa os cidadãos cabo-verdianos e a sua composição é determinada pelo número de votos expressos nas eleições legislativas. É, por isso, chamado de Poder Legislativo, na trilogia da organização política e do poder em Cabo Verde. (Artigo 140º da CRCV).

Tem um mínimo de sessenta e seis (66) e um máximo de setenta e dois (72) Deputados eleitos, contando entre estes seis (6) Deputados eleitos fora do território nacional, na diáspora. A assembleia Nacional rege-se pelo princípio da interdependência e separação de poderes, característica fundamental de um Estado de Direito Democrático.

A AN pode ser dissolvida em caso de rejeição, na mesma legislatura, de duas Moções de Confiança, ou no caso de aprovação de 4 Moções de Censura, ao Governo. (Artigo 141º da CRCV), no entanto, a AN, não pode ser dissolvida nos doze meses posteriores à sua eleição, no ano anterior ao término do mandato do Presidente da República, em caso de vigência de estado de sítio ou emergência, ou nos 30 dias após a cessação da vigência do mesmo. Em caso de dissolução, não põe termo ao mandato dos Deputados, nem prejudica as competências e funcionamento da Comissão Permanente. (Artigo 144º da CRCV).

A Mesa da Assembleia é composta pelo Presidente, dois Vice-Presidentes e entre dois a quatro Secretários. O Presidente é eleito entre candidatos propostos por um mínimo de quinze e um máximo de vinte Deputados. Os Vice-Presidentes e Secretários são eleitos por sufrágio em lista nominativa, sendo que cada um, dos dois maiores Grupos Parlamentares, propõe um Vice-presidente. Para a eleição dos Secretários, cabe a cada um dos Grupos Parlamentares, com dez ou mais deputados, propor um nome, dentre os Deputados (Artigo 145º da CRCV).

As Comissões

A AN tem uma Comissão Permanente e Comissões Especializadas, podendo ainda constituir Comissões Eventuais e Comissões de Inquéritos aos atos do Governo ou da Administração Pública e para outros fins, especificamente, determinados. (Artigo 35º do RAN).

A Comissão Permanente é presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional e, é constituída pelos Vice-Presidentes e Secretários da Mesa da AN, um Deputado indicado por cada grupo Parlamentar, um Deputado de cada partido com assento parlamentar, que não tenha grupo parlamentar constituído.

Durante a VIII legislatura foi criada sete Comissões Especializadas:

- Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social;
- Comissão Especializada de Finanças e Orçamento
- Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território;
- Comissão Especializada de Relações Externas Cooperação e Comunidades;
- Comissão Especializada de Reforma do Estado e Segurança;
- Comissão Especializada de Saúde e Questões Sociais;
- Comissão Especializada de Educação, Cultura, Juventude e Desportos;

O número de representantes nas Comissões é proporcional a representação parlamentar de cada grupo, e desta forma, as comissões são constituídas respeitando esse princípio de proporcionalidade, cabendo a presidência ao partido com maior representação parlamentar, com exceção dos casos que para uma maior fiscalização e transparência, torna-se necessário que a presidência esteja na oposição, no caso concreto, a Comissão Especializada de Finanças e Orçamentos.

Grupo Parlamentares- torna-se relevante dizer, que os Deputados eleitos por cada partido ou coligação podem constituir-se em Grupo Parlamentar, se forem em número não inferior a cinco. Nenhum Deputado poderá pertencer a mais do que um Grupo Parlamentar. (Artigo 6º do Regimento da AN). Deste modo a AN compõe-se em dois Grupos Parlamentares, o grupo Parlamentar do PAICV e o Grupo Parlamentar do MPD com os seus poderes definidas na RAN no seu artigo 11º tais como: indicar os seus

representantes nas Comissões, apresentar projetos-leis, serem ouvido sobre a fixação do período de Ordem do Dia, apresentar moções, sugerir debates, interpelar o Governo participar na administração da AN através da Conferência de Representante, dos Grupos Parlamentares e do Conselho de Administração bem como os demais consagradas no regimento.

1.2. A Orgânica e Funcionamento da Instituição

No que diz respeito ao seu funcionamento a AN, nos termos da Constituição funciona pela legislatura cuja duração é 5 anos. Cada legislatura tem a duração de cinco sessões legislativas, que se inicia com a 1ª reunião da AN depois das eleições e termina com a 1ª reunião da nova Assembleia eleita (artigo 150º da Constituição), tendo em conta que cada sessão legislativa tem a duração de um ano, que vai de 1 de Outubro a 31 de Julho (artigo 151.º da Constituição).

Deste modo, sendo a AN um órgão legislativo, reúne no plenário no início da legislatura, no vigésimo dia subsequente à publicação dos resultados eleitorais no jornal oficial da República, para verificar os mandatos dos candidatos eleitos e empossá-los; Substituir, após o empossamento, os deputados nomeados membros do Governo ou providos em outras funções incompatíveis com o exercício do mandato de Deputado; Eleger, por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, o Presidente e os demais membros da Mesa da AN e constituir a Comissão Permanente.

O Plenário é o órgão superior da AN onde a maioria dos trabalhos são discutidos e aprovados, como os debates sobre assuntos de relevantes interesses públicos, as leis e propostas de lei e entre outras atribuições. Quando há reunião no Plenário dá-se a ordem dos trabalhos ou seja a ordem do dia (artigo 155º da constituição) em que o Governo tem o direito e dever de participar.

Competência da AN

Um das principais competências da AN são, a aprovação das leis constitucionais, do Orçamento Geral do Estado, do Programa do Governo e de Tratados e Acordos Internacionais, entre outras atribuições (artigo 175.º da Constituição).

A AN dispõe ainda de, mais competências explícitas na Constituição das quais destacam: - Competência interna (artigo 172º da Constituição), competência legislativas que se subdivide em competência genérica, absolutamente reservada e relativamente reservada (artigos 175.º e 176.º 177.º); competência em matéria financeira (artigo 178º da Constituição), competência em matéria de Tratados e de Acordos Internacionais (artigo 179º da Constituição), competência de fiscalização política (artigo 180º da Constituição) e competência em relação a outros órgãos (artigo 181º da Constituição).

1.2.1. O Plenário da Assembleia Nacional

O Plenário como órgão supremo tem as seguintes atribuições:

Apreciar, discutir e votar os planos de atividades, apreciar, discutir e aprovar o orçamento anual de receitas e despesas, e os orçamentos suplementares, apreciar, discutir e aprovar relatório e a Conta de Gerência, acompanhadas do parecer do Tribunal de Conta o mais que lhe for cometido por lei.

1.2.2. O Presidente da Assembleia Nacional

O Presidente da Assembleia Nacional dirige, representa, e coordena os seus trabalhos e exercendo autoridade sobre todos os funcionários e forças de segurança postos ao serviço da Assembleia Nacional.

É de realçar que o presidente tem as seguintes competências:

Nomear e exonerar o pessoal do quadro da Assembleia Nacional, decidir sobre a promoção, progressão e mobilidade de todos os funcionários e agentes ao serviço da Assembleia Nacional, superintender em todas as atividades da gestão administrativa, financeira e patrimonial da Assembleia Nacional, aprovar o plano de formação, ouvido o Conselho de Administração.

Competências específicas do presidente da Assembleia Nacional:

Coordenar, através de Departamento próprio, o pessoal de segurança destacado para prestar serviço na sede da Assembleia Nacional, Presidir a Mesa e convocar as suas reuniões nos termos regimentais, corresponder-se, em nome da Assembleia Nacional, com os titulares dos demais órgãos de soberania.

As competências dispostas no artigo anterior só poderão ser delegados aos Vice-Presidentes da Mesa.

Para uma melhor desempenho das suas funções o Presidente da Assembleia Nacional dispõe de um Gabinete que lhe presta assessoria e apoio pessoal, gabinete este , constituído pelo Diretor de Gabinete, que coordena, pelos Conselheiros, Assessores Especiais, Diretor de Protocolo, Secretários Executivos e Secretários pessoais O apoio administrativo e auxiliar ao Gabinete poderá ainda ser prestado por funcionários dos serviços da Assembleia Nacional.

1.2.3. O Conselho de Administração

È o órgão de consulta e gestão da Assembleia Nacional nos domínios administrativos financeiro e patrimonial.

Ele é constituído pelo Primeiro Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Nacional, que preside, pelo Secretário da Mesa, indicado pelo Partido mais votado, que fará as funções de Vice-Presidente, por um Deputado de cada Grupo Parlamentar, pelo Secretário-geral e um representante dos funcionários parlamentares.

1.2.4. Serviços da Assembleia Nacional

À Secretaria -Geral compete, designadamente:

Prestar apoio técnico e administrativo especializado à Assembleia Nacional em matérias que lhe sejam submetidas planejar, orientar, coordenar todas as atividades administrativas, submetendo a despacho do Presidente, os assuntos cuja decisão não esteja no âmbito da sua competência, *assessorar*, no âmbito administrativo, a Mesa, os Grupos Parlamentares, as Comissões Especializadas e os Deputados, *providenciar* para

que os Grupos Parlamentares, e as Comissões Especializadas disponham de instalações próprias devidamente equipadas na sede da Assembleia Nacional, *disponibilizar* os elementos necessários à elaboração da proposta de orçamento da Assembleia Nacional, e das contas de gerência da Assembleia Nacional.

1.3. Gestão e Organização Documental

Todo o arquivo tem a função nobre de fornecer informações contidas em seu acervo. É de realçar que a classificação dos documentos arquivados deve ser feita de acordo com o método definido pela própria instituição, isto é, tendo em conta a natureza e a estrutura da própria empresa. Os métodos mais comuns são os que classificam os documentos por assunto, seguidos de uma classificação secundária por ordem alfabética, cronológica ou geográfica. O agrupamento dos documentos por assunto, deve atender às necessidades da empresa, suas características e prioridades.

1.4. No que tange à Organização e Gestão Documental da Assembleia Nacional ela é garantida através da:

Direção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar que possui as seguintes divisões.

A Divisão de Documentação Legislativa e Parlamentar

Compete a essa divisão:

Organizar e manter atualizado um serviço de documentação, com a função de recolher a bibliografia, documentação, textos, diplomas legais, atos normativos e administrativos e demais elementos de informação científica e técnica relacionada com a atividade desenvolvida pela Assembleia Nacional, recolher, analisar, tratar, arquivar e promover a difusão da legislação nacional e estrangeira, e de toda a informação legislativa com interesse para os trabalhos da Assembleia Nacional, organizar ficheiros de legislação, Promover a difusão de documentos, designadamente através de publicação de bibliografias, catálogos, boletins de sumários e dossiers, promover a edição e difusão de publicações da Assembleia Nacional ou com interesse para a Assembleia Nacional.

A Divisão da Biblioteca

Compete a Biblioteca:

Recolher, selecionar, catalogar, indexar, armazenar e difundir a informação científica, económica, social, jurídica e estatística necessária ao desempenho das competências da Assembleia Nacional e seus órgãos, promover a atualização permanente das necessidades de informação documental, mediante propostas de aquisição de novas espécies bibliográficas Organizar, e coordenar todo o processo de catalogação, indexação e inventariação do acervo documental, proceder ao atendimento local dos utilizadores, apoiando a pesquisa documental. Facultar obras por empréstimo. Assegurar um serviço de leitura. Publicar regularmente boletins de informação bibliográfica, participar na promoção e desenvolvimento de esquemas de cooperação a nível nacional e internacional com vista ao alargamento do património documental.

A Divisão do Arquivo Parlamentar

Compete ao Arquivo Parlamentar:

Zelar pela boa conservação do património histórico da Assembleia Nacional, Recolher, catalogar, indexar e conservar toda a documentação relativa às legislaturas findas, recolher, tratar e conservar a informação registada em suportes magnéticos, constituindo uma fonoteca, recolher, tratar e conservar o património fotográfico da Assembleia Nacional, Prestar informações aos potenciais utilizadores sobre a documentação existente, Colaborar com outros Arquivos, tanto a nível nacional como internacional. O Arquivo Parlamentar é dirigido por um Chefe de Divisão.

1.5. A Comunicação Interna:

Sem dúvidas, uma das mais importantes ferramentas de marketing dos últimos anos é a Internet, caracterizado por um conjunto global de redes de computadores interligados. Concebida nos Estados Unidos em 1969 para fins militares, nos anos 80 a rede passou a servir interesses científicos e académicos para, na década de 90 sofrer uma forte virada em direção à vertente comercial. Desde então, a taxa de crescimento desta tecnologia de informação e comunicação, em todo o mundo, tem sido explosivas. Sendo o mais atual meio de comunicação de massa, a rede afetou diretamente o trabalho daqueles que

labutam na área de comunicação, provocou maior alcance da comunicação independente de espaço geográfico e simultaneamente pressionou as instituições, quer públicas ou privadas, a aumentarem a sua agilidade.

No contexto atual em que vivemos, o Parlamento Cabo-verdiano enquanto órgão de soberania que representa todos os cidadãos Cabo-Verdiano tem toda a responsabilidade de promover por um lado o desenvolvimento político, económico, social e cultural do país, por outro lado deve criar todas as condições em termos informativos que possibilitem aos cidadãos acompanhar as suas ações. É nestes moldes que a instalação da internet na Casa Parlamentar em 2004, foi sem dúvida uma grande oportunidade para o Parlamento, uma vez que trata de um instrumento que tem contribuído de forma decisiva para uma maior divulgação dos Serviços, e que responde às exigências dos cidadãos.

Neste momento grande quantidade de informação produzida no Parlamento é disponibilizada no *site* da Assembleia Nacional (www.parlamento.cv). Apesar de não haver estudos, a perceção geral é de que com a disponibilização da informação na internet, através do seu *site*, o Parlamento Cabo-verdiano teve o seu contacto com as médias grandemente facilitadas, ganhando em termos de rapidez e amplitude com que as suas ações são divulgadas. Através deste meio o parlamento Cabo-verdiano pode publicar os seus trabalhos permitindo maior eficiência e eficácia na circulação de informação Parlamentar.

A introdução de novas tecnologias no Parlamento permitiu melhorar as condições de trabalho dos Deputados e do próprio serviço do Parlamento, gerando uma maior eficácia e eficiência nas suas ações e reforçando a confiança do povo Cabo-Verdiano nos seus representantes em prol do desenvolvimento do nosso país. Na revista “Parlamento” da Assembleia Nacional da República de Cabo Verde, de Dezembro de 2010, editado por Alfa Comunicações, estão descritas diversas transformações ocorridas no Parlamento Cabo-Verdiano em termos de adoção das novas Tecnologias de informação e de comunicação. Deste modo podemos perceber que o departamento informático tem estado a trabalhar de forma sedimentada para satisfazer tanto o público interno como o público externo de estarem em sintonia com qualquer acontecimento que percorre na casa Parlamentar. Hoje, à distância de um “Clic” em um computador os cidadãos podem

conectar-se e verificar as inúmeras informações do serviço do Parlamento em tempo real, saber como andam os Serviços do Parlamento e de estarem informados dos assuntos que suscitam os seus interesses. Sem dúvida que isso representa um grande salto.

Na opinião do Diretor Informático da A.N., a ideia é de criar uma Intranet do Parlamento. Assim, já foi elaborado um projeto para a implementação da Intranet do Parlamento Cabo-verdiano. O desenvolvimento desse projeto consta no plano de atividades dessa direção para o ano de 2013. A Direção de Serviços de Informática da Assembleia Nacional dispõe de uma equipa composta por 5 técnicos superiores com formação em engenharia de Telecomunicações e Eletrónica, Ciência de Computação e Informática de Gestão e 3 Técnicos profissionais de nível IV.

No que concerne a Assembleia Nacional, a comunicação com o público interno é garantida por meio de correio eletrónico (Emails), por telefone utilizando intranet usando IP, são feitos circulares dentro da Assembleia, exposição no foyer da Assembleia no que diz respeito a progressões e promoção de funcionários, também são feitos convocatórias por gabinetes este serviço e garantida por um emissário.

1.6. A Organização e Gestão Financeira

A organização e gestão financeira são asseguradas pela Divisão de Gestão Financeira que compete:

Preparar as propostas de orçamento ordinário e dos orçamentos suplementares da Assembleia Nacional, Executar o orçamento, utilizando os suportes de informação determinados por lei, Proceder aos registos contabilísticos e à elaboração e remessa de documentos determinados por lei ou regulamento, Verificar a legalidade e eficiência de procedimentos e documentos, promovendo as respetivas correções ou comunicações, bem como elaborar os mapas e relatórios de execução e avaliação orçamental que se mostrem necessários ao adequado controlo da gestão, bem como colaborar na definição dos respetivos indicadores, entre outros.

1.7. Uma Breve descrição dos Departamentos

1.7.1 Direção dos Serviços Parlamentares (DSP)

É a unidade orgânica de carácter operativo, a quem compete especialmente, dirigir, planificar, orientar e coordenar as atividades dos serviços de apoio técnico – administrativo à ação parlamentar dos Deputados e trabalhos legislativos da Assembleia Nacional.

Compete essa direção o seguinte:

2. Organizar os processos relativos à atividade legislativa da Assembleia Nacional;
3. Prestar apoio legislativo aos Deputados e às Comissões;
4. Realizar estudos de impacto legislativo;
5. Assegurar apoio técnico, de secretariado e administrativo ao Plenário e às Comissões;
6. Assegurar a elaboração das Atas das Sessões Plenárias e a preparação de outros textos parlamentares com vista à sua publicação;
7. Preparar os textos legislativos com vista à sua publicação no *Boletim Oficial*.

A Direção dos Serviços Parlamentares compreende:

- a) Divisão de Apoio ao Plenário;
- b) Divisão de Estudos de Impacto Legislativo e Apoio Técnico às Comissões;
- c) Divisão de Redação e Audiovisual.

1.7.2 Direção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar (DSDIP)

A Direção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar é a unidade orgânica, de carácter operativo, encarregue de recolher, sistematizar, difundir e conservar a documentação e a informação decorrentes ou necessários.

Compete à Direção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar:

- a) Assegurar o apoio documental e bibliográfico aos trabalhos da Assembleia Nacional;
- b) Organizar e manter atualizado um serviço de documentação com a função de recolher a bibliografia, documentação, textos, diplomas legais, atos normativos e administrativos

e demais elementos de informação científica e técnica relacionada com a atividade desenvolvida pela Assembleia Nacional;

c) Criar e manter atualizados *dossiers* relativos a grandes temas nacionais e internacionais;

d) Recolher, analisar, tratar, arquivar e promover a difusão da legislação nacional e estrangeira, e de toda a informação legislativa com interesse para os trabalhos da Assembleia Nacional;

e) Assegurar a gestão da biblioteca;

Essa Direção estrutura-se em:

a) Divisão de Documentação e Informação Parlamentar;

b) Divisão da Biblioteca;

c) Divisão do Arquivo parlamentar.

1.7.3 A Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF)

É a unidade orgânica especificamente encarregada de organizar e prestar o necessário apoio burocrático e administrativo aos demais serviços e desempenhar funções em matéria de gestão financeira, do pessoal e patrimonial da Assembleia Nacional, de acordo com as orientações e decisões dos órgãos de direção.

Compete a DSAF o seguinte:

a) Elaborar o orçamento, os balancetes e as contas de gerência da Assembleia Nacional;

b) Executar o orçamento;

c) Efetuar o processamento das folhas e despesas correntes e de capital;

d) Gerir os recursos humanos;

e) Administrar os esquemas de segurança social e de acção social complementar;

g) Gerir o património da Assembleia Nacional conforme orientações superiores e zelar pela sua boa manutenção e conservação.

A DSAF estrutura-se em :

A Direção de Serviços Administrativos e Financeiros compreende:

a) Divisão de Administração e Recursos Humanos;

b) Divisão de Gestão Financeira;

- c) Divisão de Aprovisionamento;
- d) Divisão de Património e Manutenção.

1.7.4 A Direção de Serviços de Relações Públicas e Internacionais (DSRPI)

É o serviço encarregado especificamente de apoiar e dinamizar as relações externas da Assembleia Nacional, assegurar o seu protocolo e o dos Deputados, em coordenação com o Protocolo do Estado, e promover a divulgação das suas atividades.

Compete a (DSRPI) o seguinte:

- a) Assegurar o conjunto das atividades protocolares da Assembleia Nacional, especialmente as referentes ao do cerimonial das sessões, nomeadamente as solenes e especiais;
- b) Organizar o Protocolo dos atos públicos em que intervenham membros da Mesa e Deputados;
- c) Prestar assessoria diplomática ao Presidente da Assembleia Nacional, aos demais membros da Mesa e aos Deputados;
- d) Promover a divulgação da atividade da Assembleia Nacional, tanto no País como no estrangeiro.

Essa direção compreende:

A Direção de Serviços de Relações Públicas e Internacionais compreende:

- a) Divisão de Relações Públicas e Internacionais;
- b) Divisão de Protocolo.

1.7.5 À Direção de Serviços de Informática (DSI)

- a) Implementar o plano de informatização da Assembleia Nacional;
- b) Coordenar tecnicamente a implementação do sistema informático da Assembleia Nacional;
- d) Assegurar a gestão integrada e a manutenção do parque informático da Assembleia Nacional e do respetivo sistema de comunicações;
- e) Proceder, em estreita coordenação com os Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia Nacional, aos estudos necessários à aquisição de material informático;

f) Exercer a função de administração e gestão de dados, em estreita colaboração com os demais Serviços da Assembleia Nacional;

A Direção de Serviços de Informática compreende:

a) Divisão de Comunicações e Segurança;

b) Divisão de Desenvolvimento e Manutenção de Equipamentos Informáticos.

Em verdade uma boa relação das instituições tanto internas como externas é qualidade *sine qua non* para um bom funcionamento dessas instituições face ao mundo globalizado. Para isso a Assembleia Nacional assinou vários protocolos, e com vários grupos de amizade, tem Filiação em organismos regionais e/ou internacionais, para garantir essa interação.

1.7.6 Entidades colaboradoras externas

Para um melhor desempenho nos serviços da ANCV, foram celebrados vários protocolos entre vários parlamentos de vários países, que são os seguintes:

Protocolo de cooperação entre a assembleia Nacional da República de Cabo Verde e a assembleia nacional da república de Angola;

Protocolo de cooperação entre a Assembleia Nacional da República de Cabo Verde e a Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau;

Protocolo de Cooperação entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e a Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa;

Protocolos de cooperação entre os Estado membros da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP) no domínio da Segurança Publica e da segurança Interna;

Protocolo de cooperação entre a Assembleia Nacional da Republica de Cabo Verde e a Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil;

Protocolo de cooperação entre a Assembleia da Republica Portuguesa e a Assembleia da Republica de Cabo Verde.

Protocolo de cooperação entre o Bundestag Alemão e a Assembleia da Republica de Cabo Verde;

Protocolo de cooperação entre Assembleia da Republica de Cabo Verde e a Republica Popular da China.

1.7.7 Relações com organismos Internacionais

- a) União Interparlamentar (UIP)
- b) O Parlamento Pan-africano
- a) Assembleia parlamentar paritária APP/EU
- c) Parlamento da CEDEAO
- d) O Fórum dos Paramentos de Língua Portuguesa

1.7.8 Grupos Parlamentares de amizade da Assembleia Nacional:

1 – Cabo Verde /África do Sul:
2 – Cabo Verde/Angola:
3 – Cabo Verde/Brasil:
4 – Cabo Verde/China:
5 – Cabo Verde/Côte d'Ivoire
6 – Cabo Verde/Cuba:
7 – Cabo Verde/Federação Russa
8 – Cabo Verde/França:
9 – Cabo Verde/Guiné-Bissau
10 – Cabo Verde/Kuwait:
11 – Cabo Verde/Mali
12 – Cabo Verde/Moçambique
13 - Cabo Verde/Níger:
14 – Cabo Verde/Portugal:
15 – Cabo Verde/República Federal da Alemanha:
16 – Cabo Verde/São Tomé e Príncipe:
17 – Cabo Verde/Senegal:
18 – Cabo Verde/Burkina Faso
19 – Cabo Verde/Itália
20 – Cabo Verde/Luxemburgo

CAPÍTULO II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Na divisão dos recursos Humanos, as atividades desenvolvidas foram:

- Abordagem sobre legislação laboral aplicáveis aos funcionários da Assembleia Nacional e da Administração Pública Cabo-verdiana.
- Leitura, interpretação e pedido de esclarecimentos das diferentes Leis, Decreto-Lei, Decreto-Legislativo e regulamentos aplicáveis aos funcionários da Assembleia Nacional e da Administração Pública Cabo-Verdiana (PCCS) da Assembleia Nacional e da Função Pública, Código de Trabalho, regime Geral da Organização e Atividades da Administração Pública, Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, Regime Jurídico da Constituição, Modificação e extinção da Relação Jurídica de Emprego na Função Pública, Regime de Mobilidade dos Funcionários da Assembleia Nacional, Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, entre outros.
- Conhecimento e aprendizagem sobre a elaboração de Mapas de Faltas (mensal e anual), organização do processo individual dos funcionários, contagem do tempo de serviço, lista de promoção e de progressão.
- Elaboração de Informação Parecer, Notas e Despacho.
- Participação na cimeira sobre regionalização em Cabo Verde nos dias 14 e 15 de Abril.

Atividades desenvolvidas na Divisão das Relações Públicas e Internacionais:

- Leitura e análise das fichas referentes aos diferentes países e organizações internacionais (Parlamento da CEDEAO e países da CPLP).
- Visitas guiadas ao edifício da Assembleia Nacional com estudantes e associações comunitárias.
- Preparação de ofícios referentes às áreas de competência da DRSPI.
- Participação na Organização de conferência de Alto Nível sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em pequenos estados insulares em desenvolvimento e de rendimento médio.
- Participação na conferência do ICCA sobre o trabalho infantil.
- Colaboração na atualização da Lista de Entidades especialmente no quadro de preparação do Ato solene de 05 de Julho, Elaboração de convites.

Na Divisão de Estudos de Impacto Legislativo e Apoio Técnico as Comissões foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Informação Parecer sobre a Iniciativa Legislativa: Proposta de Lei que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros no território cabo-verdiano;
- Informação Parecer sobre a Iniciativa Legislativa: Proposta de Resolução que Aprova, para ratificação, o Acordo de Cooperação entre a República de Cabo Verde e a República de Moçambique no domínio da Segurança Pública e Segurança Interna;
- Informação Parecer sobre a Iniciativa Legislativa: Proposta de Resolução que Aprova, para ratificação, o Acordo de adesão da República de Cabo Verde á Comissão Africana de Aviação Civil (CAFAC);
- Informação Parecer sobre Iniciativa Legislativa: Proposta de Lei que aprova a criação da Comissão Nacional Organizadora das Comemorações do 40º Aniversário da Independência Nacional;
- Fluxograma do Processo Legislativo Comum;
- Fluxograma do processo legislativo Especial: Tratados e Orçamento do Estado.
- Processo de Orientação e Fiscalização Política: Fluxograma do Processo Debate sobre a Situação da Justiça.
- Proposta de Programa de visita Fogo-Brava de 7 a 12 de Junho de 20.

CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO

Cooperação Parlamentar entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e a Assembleia da Republica Portuguesa: Triénio 2012/2014

3.1.INTRODUÇÃO

O Estudo de Caso que ora se apresenta pretende abordar os protocolos de cooperação entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) e a Assembleia da Republica Portuguesa (ARP) no triénio 2012/2014 numa cooperação bilateral.

A Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) assinou o seu primeiro acordo de cooperação com ARP em 7 de Março de 1995, realçando as boas relações entre esses dois Estados. No preâmbulo do referido acordo faz-se referência as necessidades e objetivos do mesmo, considerando ainda o importante papel dos parlamentos no desenvolvimento e reforço da ordem democrática existente em cada um dos países, esse mesmo acordo sofreu um aditamento a 8 de Março de 1997 visando o aprofundamento das relações e laços de amizade solidariedade e cooperação entre os respetivos Países e Povos.

Neste sentido, propomos analisar no trabalho as melhorias, os desafios e propor políticas e estratégias para melhoramento da cooperação.

3.2.Justificação

Durante a realização do estágio constatamos que as relações interparlamentares da Assembleia é uma forte vertente das relações externas do país, tendo contribuído para estreitar as relações entre Cabo Verde e os seus parceiros internacionais.

Cabo Verde é um país que prima muito por manter relações com os vários países em diversas áreas através de protocolos assinados com os seus congéneres, fato esse que despertou o interesse em analisar de forma mas profunda o programa de protocolo assinado com a Assembleia da Republica Portuguesa, um dos principais parceiros no

seu processo de desenvolvimento, tendo em conta as relações históricas entre esses dois países congéneres.

A cooperação em Cabo Verde é um tema de fulcral na vida do país, tendo em conta que Cabo Verde é um país que, desde a sua independência em 1975 até à actualidade, graças a uma utilização prudente e criteriosa dos recursos provenientes da cooperação por parte dos sucessivos governos do país, tem alcançado os objectivos delineados.

3.3. Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral desse estudo de caso, é analisar o contributo da cooperação entre o Parlamento Cabo-verdiano e a Assembleia da Republica de Portugal (ARP) no triénio 2012-2014.

Objetivos Específicos

- Contextualização histórica das relações externa da ANCV;
- Indicar as áreas de cooperação com a Assembleia da Republica Portuguesa;
- Analisar as áreas de cooperação
- Analisar o contributo dessa cooperação no desenvolvimento da ANCV

3.4. Metodologia

A partir da formulação dos objetivos deste trabalho, que consiste em analisar as relações de cooperação entre os dois parlamentos é necessário fundamentar e expressar algumas considerações relacionadas com a pesquisa e a forma como esta será organizada.

O Estudo busca descrever um problema e analisar a interação de um conjunto de variáveis, empregando a quantificação na coleta e no tratamento de um conjunto de informações. Trata-se portanto, de uma pesquisa com abordagem qualitativa.

Este trabalho busca um conhecimento aprofundado sobre as relações de cooperação interparlamentar, descrevendo as características do tema, expondo considerações sobre sua composição.

Estabelecido o marco teórico, torna-se necessário estabelecer a forma como a pesquisa é operacionalizada, expondo seu delineamento. Assim sendo, durante esta pesquisa serão utilizadas as chamadas fontes de papel para a coleta de dados. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Segundo Baranão (2008), “a investigação bibliográfica está fortemente determinada pelos conhecimentos prévios que se tenha sobre a problemática em análise, bem como pela exatidão na definição desta”. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica é feita com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Relacionado com o tema em estudo recorreremos a fontes bibliográficas para aprofundar os conhecimentos sobre o mesmo e a fontes documentais nomeadamente os protocolos de cooperação dos anos em estudo, objetos de análise neste trabalho.

3.5. Conceitos-chave

Pretendemos neste subcapítulo fazer referência, de forma breve, a alguns conceitos que nos parecem pertinentes para enquadrarmos o tema em análise, representando assim um pequeno enquadramento do nosso referencial teórico.

Cooperação- segundo o dicionário Infopédia, Cooperação é o ato de colaborar para a realização de um projeto comum ou para o desenvolvimento de um campo do conhecimento, já o autor Buno Ayllón (2007), citado por Tadeu Morato defende cooperar como atuar em conjunto para alcançar o mesmo objetivo.

Tipos de Cooperação

a) Cooperação Bilateral

A cooperação bilateral assenta sobretudo em acordos celebrados entre 2 países, que visam regulamentar vários aspetos relacionados com o desenvolvimento conjunto de atividades de Proteção Civil, em diversas áreas, como por exemplo:

- Intercâmbio de formação
- Intercâmbio de peritos

- Realização de encontros e troca de informações de natureza técnico-científica
- Procedimentos para a solicitação e prestação de assistência mútua em situação de emergência, como sejam, questões financeiras, passagem de fronteiras, comunicações e pontos de contacto (<http://www.prociv.pt/>).

b) Cooperação Multilateral

A Cooperação Multilateral caracteriza-se por um relacionamento entre diversos países, normalmente enquadrado numa determinada organização. Estas podem ser de natureza regional, como é o caso da União Europeia (UE) ou da Associação Ibero-Americana de Organismos Governamentais de Defesa e Proteção Civil (AIAOGDPC), ou de carácter verdadeiramente internacional, como seja a Organização das Nações Unidas (<http://www.prociv.pt/>)

O Sistema Internacional (SI) sempre foi regido por relações de poder tendo os Estados como protagonistas, relacionam-se entre si independentemente das suas diferenças ideológicas e dos seus sistemas políticos, cooperando, discordando e, por vezes chegar a vias de fato quando não se consegue um consenso.

O teórico realista Bruno Ayllón (2007), citado por Tadeu Morato, define cooperar como sendo atuar em conjunto para atingir um mesmo objetivo. O aumento da interdependência entre os Estados poderá possibilitar o alcance da paz por meio de cooperação, através dos intercâmbios sociais, de organizações Internacionais e cooperação multinacionais, surgindo assim um mundo» sem fronteiras», já que o poder militar não é a melhor escolha para uma convivência pacífica entre os Estados.

Ainda segundo este mesmo autor nenhum Estado consegue sobreviver de forma isolada, já que nem sempre conseguem resolver os seus problemas sozinhos, isso os leva a cooperar com os outros e se manterem no cenário internacional. No contexto atual de globalização e revolução tecnológica as teorias das Relações Internacionais defendem que a decisão dos Estados de se cooperarem entre si é a mais racional, já que o mundo tornou-se cada vez mais interdependente economicamente.

Cabo Verde não tendo capacidade produtiva e institucional e a sua ineficácia em estabelecer políticas e estratégias dá prioridade a cooperação bilateral para potencializar o seu desenvolvimento, vê na cooperação internacional a possibilidade de crescer, desenvolver e de se inserir no cenário internacional, dando prioridade as relações bilaterais e multilaterais. Com a entrada de Cabo Verde para o grupo de países de rendimento médio, deixa de beneficiar da ajuda pública ao desenvolvimento e, para colmatar essa necessidade procura parcerias estratégicas com países com os mesmos interesses no cenário internacional.

Portugal torna-se num dos principais parceiros de Cabo Verde no que tange as relações entre os seus parlamentos. O parlamento cabo-verdiano assina o seu primeiro protocolo com a Assembleia da República Portuguesa a 7 de Março de 1995, protocolo, este que sofreu um aditamento dois anos após a sua assinatura, mostrando o desejo mútuo de continuar e intensificar as relações bilaterais entre esses dois parlamentos.

No caso concreto do nosso estudo caso, abordaremos uma cooperação bilateral entre o Parlamento Cabo-verdiano e a Assembleia da República Portuguesa, baseada no apoio mútuo entre esses dois parlamentos.

Podemos encontrar várias definições do Parlamento de acordo com o contexto social, apresentando algumas variações de acordo com a sua estrutura mas não se põe em causa as suas funções:

Segundo Duverger Maurice (1985:117) “O Parlamento é uma instituição política formada por uma ou várias Assembleias, ou câmaras, cada qual, composta por um número bastante elevado de membros, dispondo de conjunto de poderes de decisão mais ou menos importante”.

Enquanto, Lijphart, Arend (2003:233) define o Parlamento de acordo com a terminologia inglesa, dizendo que ela é “um conjunto das duas câmaras (de Lordes e dos Comuns), unidas ao Rei para tomar decisões”.

Mas o Pasquino (2002:186) conceptualiza o Parlamento de uma forma diferente dizendo que é “uma Instituição que surge com o objetivo de limitar o poder”.

Afirma que os Parlamentos são “ lugares onde se parlamenta, lugar de diálogo, de debate e de discussão dos representantes eleitos, entre o Governo e a Oposição”.

O nosso parlamento é um lugar onde a dialogo, discussão entre a oposição e a situação, nas quais são tomadas decisões importante para o desenvolvimento do país.

3.6 Contextualização das Relações Externas da Assembleia Nacional de Cabo Verde

Como atrás se faz referência, a primeira Constituição da República de Cabo Verde (art. 50.º, 1980) atribuía à Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde a prerrogativa de decidir sobre as questões fundamentais de política externa do Estado, retomando o princípio que fora consagrado logo após a independência, na Lei de Organização Política do Estado.

Nestes termos, as relações externas do Estado encontravam-se sob o crivo político da Assembleia Nacional Popular, à qual competia não somente fiscalizar a política externa do Governo, mas desenvolver, ela própria, relações com Parlamentos de outros estados, observando os mesmos princípios do respeito mútuo da soberania e não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, da reciprocidade de vantagens, do não-alinhamento e da paz e cooperação entre os povos, em harmonia com o que foi proclamado no Ato Constitutivo da Assembleia Nacional de Cabo Verde.²

Desde a independência e até ao fim da III Legislatura, essa competência traduziu-se na decisão das questões fundamentais de política externa, em sintonia com outros órgãos do poder com intervenção nesta área, e na execução da mesma, enquanto primeiro Órgão do Poder do Estado, se se considerar que ao seu Presidente cabia organizar e dirigir as relações externas da instituição.

A Assembleia Nacional Popular dispõe, assim, de voz própria na arena internacional, participando ativamente nas diversas iniciativas e eventos, em especial naqueles diretamente ligados às relações inter-parlamentares. No âmbito específico da diplomacia

² <http://www.parlamento.cv/GDCooperacaoARPortugal.aspx?codIniciativasPendente=4>

parlamentar, e à luz dos preceitos defendidos pelo Estado de Cabo Verde, as relações externas da Assembleia pautaram-se por um não-alinhamento, que não obstou, no entanto, a que tomasse posições face a situações delicadas, ou se defendesse dos valores suscetíveis de perigar a estabilidade mundial, a paz e a solidariedade e cooperação entre as nações ³.

O relacionamento com outros Parlamentos e com o movimento parlamentar mundial era um imperativo a que não se podia furtar a Assembleia Nacional Popular. Não apenas por ser propiciador de um intercâmbio salutar com outras realidades e experiências parlamentares e do acompanhamento e avaliação das grandes questões políticas, sociais, económicas e culturais, assim como das linhas fundamentais do parlamentarismo no mundo, mas especialmente por constituírem essas relações oportunidades de recolha de subsídios que contribuíssem para o aperfeiçoamento e capacitação dos Deputados e dos quadros técnicos da Assembleia, com vista à elevação da qualidade da reflexão interna sobre questões parlamentares e consequente melhoria da organização e funcionamento da Instituição, que dava os seus primeiros passos.

Durante a I Legislatura, a orientação foi no sentido de se desenvolver uma atividade digna de registo no plano das relações exteriores, que se traduziu no intercâmbio de delegações parlamentares com parlamentos de outros estados e com organizações interparlamentares. Mais tarde, já na II Legislatura, criadas que foram algumas estruturas internas que permitiram o melhor funcionamento dos serviços, assegurou-se uma presença e participação mais ativa nas conferências e eventos internacionais, que foram consolidadas na III Legislatura, fruto da existência de condições institucionais mais apropriadas para o exercício da função parlamentar.

As atribuições no plano das relações interparlamentares incumbiam, fundamentalmente, à Mesa da Assembleia, que, de entre outras competências, estava encarregada de “dirigir os trabalhos e serviços da ANP durante as sessões legislativas e nos intervalos das Sessões” e, ainda, “estabelecer o plano de trabalho da ANP”.

³ <http://www.parlamento.cv/GDCooperacaoARPortugal.aspx?codIniciativasPendente=4>

Da IV à VIII Legislatura, não obstante a alternância do poder político na administração parlamentar, constata-se uma linha orientadora das relações parlamentares internacionais da Assembleia Nacional semelhante àquelas que lhes precederam, que determina o estabelecimento, reforço e alargamento das relações institucionais e de cooperação com outros parlamentos e organismos interparlamentares.

A melhoria acentuada no exercício da diplomacia parlamentar foi o reflexo das transformações ocorridas na estrutura funcional dos serviços da Assembleia Nacional Popular, cujas sucessivas leis orgânicas foram respondendo às cada vez mais complexas demandas dos serviços parlamentares, nos quais se inserem igualmente as relações internacionais.

Deste facto são corroborativas as leis orgânicas de 1978, que não fazem referência a nenhuma estrutura de relações internacionais, muito embora os registos indiquem que a Mesa da Assembleia detinha um papel preponderante na condução desta matéria; de 1982, que também não faz referência ao mesmo assunto, nem enquanto organismo do Gabinete do Presidente nem da Secretaria-Geral, embora ao primeiro coubesse “organizar e dirigir todas as atividades de representação social e audiências do Presidente, seja a nível interno, seja externo” e “organizar as atividades internacionais do Presidente, designadamente as ligadas à ação interparlamentar”; de 1991, que faz funcionar junto do Gabinete do Presidente a Direção do Protocolo e Relações Internacionais, com um departamento específico para as relações internacionais e interparlamentares; de 1992, que conserva o mesmo estatuto a essa Direção; de 1997, que substitui a Direção do Protocolo e Relações Internacionais por Gabinete de Relações Públicas e Internacionais, integrando-o nos serviços da Secretaria-Geral, e alarga as áreas da sua competência; e, finalmente, a Lei Orgânica de 2011, que transforma o Gabinete de Relações Públicas e Internacionais em direção de serviço, a Direção dos serviços de Relações Públicas e Internacionais em que uma das duas divisões se ocupa das relações internacionais.⁴

⁴ <http://www.parlamento.cv/GDCooperacaoARPortugal.aspx?codIniciativasPendente=4>

3.7 Breve Descrição do departamento das Relações Exteriores da ANCV e da ARP

3.7.1 Departamento das Relações Exteriores da ANCV tem como funções:

Assegurar o conjunto das atividades protocolares da Assembleia Nacional, e preparar o apoio logístico das missões dos órgãos e Deputados da Assembleia Nacional, dentro e fora do País.

Assegurar a ligação da Direção, com as outras estruturas da Secretária-geral e demais serviços da Assembleia Nacional, propor as providências que julgue necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços ocupar-se dos assuntos, não especialmente cometidos à Direção de que tenha sido incumbido pelo Secretário-Geral ou Presidente da Assembleia Nacional

O Departamento das RE tem como objetivo apoiar e dinamizar as relações externas da Assembleia Nacional, assegurar o seu protocolo e o dos Deputados em coordenação com o Protocolo do Estado e promover a divulgação das suas atividades.

No que concerne ao DRE da ARP, esta congénere portuguesa tem como objetivos:

Promover a divulgação da atividade da Assembleia da República no estrangeiro, prestar apoio às delegações parlamentares nas organizações internacionais e nas missões oficiais ao estrangeiro, planear e colaborar na realização de solenidades, comemorações e visitas oficiais à Assembleia da República e assegurar o respetivo protocolo, organizar e assessorar as conferências, colóquios ou outras reuniões de âmbito internacional promovidas pela Assembleia da República, fora do âmbito estritamente partidário, assegurar um serviço de tradução e garantir serviços de interpretação especializados em todos os atos da Assembleia da República para os quais forem julgados necessários, assegurar o carregamento das bases de dados relativas à atividade parlamentar e processo legislativo comum (PLC) em tempo real.

No que concerne ao DRE da ARP, esta congénere portuguesa tem por missão

Assegurar o protocolo e organizar atos sociais, culturais e outros que tenham lugar na Assembleia da República, em cooperação com o Serviço de Protocolo do Estado, quando for caso disso e, assegurar os atos protocolares requeridos pelo Presidente da Assembleia da República e pela Mesa;

No que concerne ao DRE da ARP, esta congénere portuguesa tem como objetivos

Assegurar o secretariado, no País e no estrangeiro, das delegações, grupos de amizade formados entre parlamentares portugueses e de outros parlamentos, representações ou deputações, no âmbito das relações internacionais da Assembleia da República.

3.8 Relações Interparlamentares

A Diplomacia Parlamentar cabo-verdiana tem-se caracterizado não apenas como um movimento parlamentar fomentador do aprofundamento das relações de cooperação entre Cabo Verde e outros Estados, mas fundamentalmente como um mecanismo de diálogo, aproximação e de intercâmbio institucional com outros parlamentos. A sua implementação não tem sido isolada, merecendo um esforço de coordenação com a atividade internacional do Executivo, com o qual se tem sintonizado posições em torno das questões mais importantes da atualidade internacional.⁵

O intercâmbio parlamentar com outros parlamentos e a afiliação em organismos interparlamentares sempre tiveram por finalidade o reforço da amizade e cooperação e o acompanhamento dos grandes problemas da atualidade nos mais variados domínios, designadamente: político, económico, social, cultural, ambiental, do desenvolvimento sustentável, da paz e segurança internacionais, da promoção dos direitos humanos e da democracia, entre tantos outros.

Por conseguinte, a atuação da Assembleia Nacional na cena internacional evoluiu ao longo dos anos, adequando-se às diversas conjunturas nacionais e internacionais, e

⁵ <http://www.parlamento.cv/GDCooperacaoARPortugal.aspx?codIniciativasPendente=4>

fazendo uso de vários instrumentos para executar as suas atividades interparlamentares, que se subdividem em duas categorias: as relações bilaterais e as relações multilaterais.

Desta nova conjuntura não se podia alienar o Parlamento cabo-verdiano, que acentuou a sua atenção nos parlamentos dos países que lhe são mais próximos, convindo unir esforços para enfrentar os desafios e problemas comuns, e também intensificou a sua participação em fóruns e instituições internacionais.⁶

No âmbito bilateral, as relações com os outros parlamentos continuaram a responder aos anseios de aproximação, intercâmbio e de cooperação institucional, e que se foram adaptando às realidades do Parlamento cabo-verdiano, manifestando-se através de visitas oficiais de presidentes e de missões de Deputados ao exterior e a Cabo Verde, frequentes vezes ao dos grupos parlamentares da amizade.

3.9 Áreas de Cooperação entre a ANCV e ARP

A ANCV tem estabelecido cooperação em várias áreas de forma a melhorar o desempenho dessa instituição da República. No que concerne a cooperação entre ANCV e ARP esta integra 4 áreas:

a) Área de Apoio Parlamentar

Que visa proporcionar a formação adequada de forma a permitir a concretização das metas da reforma do Parlamento cabo-verdiano, particularmente no domínio do processo legislativo e do apoio técnico aos órgãos parlamentares, nomeadamente o Plenário e comissões especializadas.

b) Área de Documentação, Informação Parlamentar, Biblioteca e Arquivo Parlamentar

Que visa, entre outros, promover a capacitação dos seus recursos humanos, com vista a um melhor desempenho das suas competências e melhoria das suas infraestruturas em matéria de espécies documentais e equipamentos.

⁶ <http://www.parlamento.cv/GDCooperacaoARPortugal.aspx?codIniciativasPendente=4>

c) Área de Modernização Administrativa

Que visa a prestação de assessoria técnica no âmbito da implementação de um sistema para a transmissão das reuniões parlamentares através da televisão, bem como a assessoria técnica na utilização de aplicações informáticas, designadamente na área do processo legislativo, do sistema integrado de gestão nas áreas de património, gestão financeira e recursos humanos, assim como na formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico informático.

d) Área de Relações Internacionais, Protocolo e Relações Públicas

Que engloba a diplomacia parlamentar, o cerimonial parlamentar, a organização de conferências, o apoio aos Deputados nas organizações internacionais, a cooperação interparlamentar bilateral e multilateral e a divulgação das atividades do Parlamento junto dos cidadãos.

3.10 Gestão dos programas de cooperação

A gestão do Programa compete aos dois Secretários-Gerais, apoiados pelos respetivos Serviços que forem designados pelas partes, com a colaboração dos Diretores dos Serviços.

3.10.1 Princípios e repartição de custos do programa de cooperação do triénio

O Programa obedece aos seguintes princípios e metodologia de repartição de custos:

- As ações constantes do Programa devem ser realizadas em Portugal e em Cabo Verde, comportando assistência técnica, fornecimento de material e equipamento diverso, realização de cursos, seminários, formação prática e estágios *on the job*;
- As missões de cooperação não devem exceder em regra o prazo de uma semana, salvo acordo prévio das Partes;
- As Partes devem assegurar as condições necessárias à implementação do Programa, nos termos seguintes:

São da responsabilidade de cada Parlamento:

O pagamento de passagens aéreas e subsídios diários dos seus Funcionários;

A garantia do seguro de vida e de viagem dos seus Funcionários.

Repartição de custos para execução do programa do triénio

São encargos da Assembleia da República Portuguesa

1. Compensação financeira correspondente a € 666,66 mensais ilíquidos, a cada um dos consultores recrutados pela ANCV e pela ARP no âmbito do Programa;
2. Alojamento e transporte local dos funcionários da ANCV que realizem estágios de formação em Portugal, no âmbito deste Programa;
3. Aquisição de livros, documentação técnica e outro equipamento e material de apoio necessários às ações a desenvolver e respetivo transporte para Cabo Verde;
4. Transporte aéreo dos especialistas portugueses que executarem, em Cabo Verde as ações de assistência na ANCV;
5. Em caso de deslocações oficiais de Parlamentares da ANCV, o alojamento e o transporte nos dias correspondentes às jornadas de trabalho destinadas à execução dos respetivos objetivos.

São encargos da Assembleia Nacional de Cabo Verde:

1. Compensação financeira correspondente a metade do valor a ser pago pela ARP a cada um dos Consultores referidos no ponto;
2. O alojamento dos especialistas portugueses que se deslocarem a Cabo Verde quer no âmbito de cursos e conferências, quer no de todas as outras ações de cooperação constantes do Programa;
3. O transporte local dos especialistas referidos na alínea anterior;
4. As despesas de transporte aéreo dos funcionários da ANCV que se deslocarem a Portugal para ações de formação (curso, estágio, etc.);

Assistência médica e medicamentosa dos técnicos que deslocam entre os dois países

Durante as ações inseridas neste Programa competirá a cada Parlamento assegurar a assistência médica, medicamentosa e internamento dos respetivos Funcionários envolvidos.

3.10.2 Responsabilidade do Parlamento anfitrião

Alojamento, transporte local e almoço dos Funcionários que se encontrem em missões de trabalho no âmbito das ações previstas no Programa de Cooperação

Parlamentar;

Disponibilização de toda a informação, documentação e demais material de apoio necessários à realização das ações de formação.

Considerando as evoluções tecnológicas já existentes nas duas Assembleias, realizar-se-ão ainda ações de cooperação recorrendo ao sistema de videoconferência.

3.10.3 Ações de Cooperação Parlamentar no Triénio 2012/2014

Para a prossecução do programa de cooperação serão realizadas as ações descritas e distribuídas sequencial e cronologicamente segundo o quadro em anexo onde se mostra todas as ações de formação em Portugal e em Cabo Verde, de acordo com a seguinte descrição:

Na direção dos serviços parlamentares foram desenvolvidas muitas ações de formação em diversas áreas desde de estágios para técnicos e relatores parlamentares, seminários, apoio na elaboração de bases de dados para dar apoio aos trabalhos dos deputados, na consolidação legislativa, formação sobre tramitação dos acordos internacionais, criação e assistência técnica para acompanhamento na criação do canal do parlamento.

Na divisão da Biblioteca houve formação em introduções as técnicas documentais, estágios realizados em ARP na área produção da informação legislativas.⁷

⁷ <http://www.parlamento.cv/GDCooperacaoARPortugal.aspx?codIniciativasPendente=4>

Divisão de arquivo parlamentar foi feito o acompanhamento e técnica/assessoria na elaboração do plano de classificação de documentos, disponibilização da base de dados ao arquivo e audiovisual, estágios no arquivo audiovisual da ARP, reforço na formação sobre princípios arquivísticos, reforço na formação sobre descrição documental.

Divisão de documentação e informação parlamentar missão da ARP para apoiar nas atividades da comemoração da impediência nacional, formação e capacitação na área de museologia e museográfica, estágios na área edições.

Direção dos Serviços Administrativos e Financeiro apoio no fecho de contas, seminários sobre concursos públicos para aquisição de bens e serviços, formação e praticas na área de recursos humanos, estágios na área de contratação pública, catalogação dos bens patrimoniais, gestão de stoks, troca de experiencia na área de manutenção de bens patrimoniais.

Direção de Serviços de Relações Públicas e Internacionais realizou-se seminário sobre diplomacia parlamentar e cooperação parlamentar bilateral e multilateral, formação de técnicos parlamentares para a aprendizagem de técnicas de divulgação do parlamento junto ao público, designadamente visitas guiadas ao parlamento, workshop sobre a elaboração e análise de projetos de cooperação na área internacional, seminário sobre as relações públicas nos parlamentos a comunicação interna e externa, estágio on the job sobre o Cerimonial Parlamentar na ARP, no âmbito da sessão solene, colaboração/assessoria da ARP no âmbito da cooperação com as organizações interparlamentares.⁸

Direção de Serviços de Informática Apoio à definição e elaboração de um caderno de encargos para a internet do parlamento, apoio na elaboração de especificações técnicas para a aquisição de um sistema de gestão documental, apoio na implementação do helpdesk e das boas práticas, Atualização da base de dados do arquivo histórico da Assembleia Nacional de Cabo Verde, incluindo a base de dados audiovisual, Formação avançada na manutenção de equipamentos informáticos, Formação CISCO,

⁸ <http://www.parlamento.cv/GDCooperacaoARPortugal.aspx?codIniciativasPendente=4>

(ROUTER, SWITCH, FIREWALL).⁹

Sistema Integrado de Informação Legislativa e Parlamentar Assessoria na implementação da Base de Dados da Atividade Parlamentar, constituído sobre a base Bungeni.

3.11 Melhorias no ANCV

Não obstante a alternância do poder político na administração parlamentar, constata-se uma linha orientadora das relações parlamentares internacionais da Assembleia Nacional semelhante àquelas que lhes precederam, que determina o estabelecimento, reforço e alargamento das relações institucionais e de cooperação com outros parlamentos e organismos interparlamentares.

A melhoria acentuada no exercício da diplomacia parlamentar foi o reflexo das transformações ocorridas na estrutura funcional dos serviços da Assembleia Nacional, cujas sucessivas leis orgânicas foram respondendo às cada vez mais complexas demandas dos serviços parlamentares, nos quais se inserem igualmente as relações internacionais.

É de realçar que de um modo geral a cooperação tem vindo a contribuir e muito para um melhor desempenho da ANCV. Pode-se dizer que com a utilização das novas tecnologias tem permitido uma melhor comunicação entre os vários departamentos e também a participação dos técnicos parlamentares em formação a distância levado a cabo pela ARP.

A introdução das novas tecnologias de informação e comunicação no seio da instituição é de grande importância, e isso note-se na melhoria do site, na disponibilização das informações aos utentes, mesmo a nível das seções parlamentar, note-se um grande nível das seções e melhor interatividade dos parlamentares.

Em termos da formação e capacitação do pessoal são várias as áreas de formação através de vídeos conferências ou mesmo a deslocação de alguns técnicos parlamentares a

⁹ <http://www.parlamento.cv/GDCooperacaoARPortugal.aspx?codIniciativasPendente=4>

Portugal mas também a vinda de técnicos parlamentares da ARP para ministrar cursos aos técnicos da ANCV.

Com o objetivo de promover a modernização do parlamento e o compartilhamento de experiências e melhores práticas técnico-legislativas e administrativas, a ANCV, vem se aproximando não só da sociedade civil, mas também de Parlamentos de outros países.

Vários encontros temáticos (cursos, seminários, visitas técnicas) de caráter nacionais e internacionais têm sido realizados nas áreas de comunicação social, consultoria legislativa, informática e projetos, entre outros, conforme as demandas da ANCV e de nossos parceiros.

A troca de conhecimentos também é viabilizada por meio de cursos de educação a distância, mediante as necessidades que vão surgindo ao longo dos tempos.

Programa da Cooperação Técnica tem-se mostrado um importante instrumento de apoio ao processo de modernização institucional, bem como um meio de integração entre diversos órgãos que compõe a ANCV, importantes iniciativas foram realizadas pelo Programa de Cooperação Técnica, com o objetivo de promover a modernização e o aperfeiçoamento de práticas legislativas e administrativas. Além disso, foram realizados cursos nas áreas de recursos humanos, informática, gestão patrimonial e biblioteca digital para funcionários do Parlamentos.

Face aos resultados positivos alcançados com a implementação dos Programas de Cooperação a ANCV e ARP no quadro do Programa de Cooperação, com o objetivo de continuar a apoiar ANCV no reforço da sua capacidade institucional e modernização dos seus serviços, através de transferência de tecnologia, de doação de equipamento e materiais e de assistência técnica a prestar, quer pelos consultores afetos a cada projeto, quer pelos técnicos da Assembleia da República de Portugal.

Além das ações concretas previstas no programa de cooperação, foram implementadas no âmbito de cada projeto, várias atividades, com base num plano de atividade elaborado por cada consultor, em concertação com os serviços beneficiários de cada projeto, acompanhada de uma avaliação dinâmica, tal como nos projetos anteriores,

mediante a elaboração e apresentação de relatórios trimestrais, onde se ressaltaram os seguintes aspetos:

- Grau de realização de atividades programadas;
- Recursos Humanos;
- Resultados alcançados;
- Reflexo da ação do projeto na vida parlamentar são-tomense;
- Plano de atividade trimestral, elaborado em função do plano global.

Da análise feita conclui-se que as ações implementadas contribuíram mais uma vez e de forma determinante para o desenvolvimento da instituição parlamentar cabo-verdiano em geral e, em particular, para a implementação do plano de atividades de ANCV.

Foram também analisados regularmente os relatórios resultantes dos estágios on job, ações de formação. Seminários e missões de assistência técnica elaborados pelos técnicos da ARP e da ANCV. Estes relatórios foram ainda uma ferramenta fundamental para ambas as partes avaliarem o cumprimento das várias ações programadas.

3.11.1 Área de Apoio Parlamentar

O programa de cooperação visou, essencialmente, apoiar a ANCV, dotando-a dos recursos necessários, proporcionando a formação adequada de forma a permitir a concretização do Plano parlamentar, nomeadamente no âmbito do processo legislativo, das atividades de fiscalização política e do apoio aos órgãos parlamentares.

Para o cumprimento cabal do programa de cooperação foram previstas as seguintes ações:

- Atualização de conhecimentos técnicos parlamentares na área de elaboração de leis, do apoio à atividade fiscalizadora do Parlamento, da divulgação da atividade parlamentar e da constituição de redes interparlamentares;
- Participação nos Encontros Interparlamentares de Quadros organizados pela Assembleia da República no âmbito da ASG-PLP, na respetiva área de especialidade;

- Formação on job nas áreas do Apoio ao Plenário, às Comissões Parlamentares e à Redação;
- Partilha de boas práticas sobre aprovação, entrada em vigor das leis e da sua regulamentação, incluindo a aquisição de conhecimentos sobre a realização de estudos de impacto da legislação;
- Participação de Deputados e técnicos da ANCV em missões de troca de experiências, na ARP, nomeadamente para acompanhar a apreciação e discussão do Orçamento de Estado e a execução orçamental;
- Participação de técnicos da ANCV num seminário sobre avaliação de impacto legislativo a organizar pela ARP, em Portugal;
- Realização de um seminário sobre o reforço das competências de fiscalização dos Parlamentos e os instrumentos disponíveis para exercer essas competências, a ministrar por Deputados e técnicos da ARP, em conjunto com técnicos da ANCV;
- Realização de um seminário sobre a «Tramitação e Gestão do Processo Legislativo na Perspetiva da Partilha de Boas Práticas», a ministrar por deputados e técnicos da ARP, em conjunto com técnicos da ANCV.
- Apoio ao desenvolvimento das bases de dados de processo legislativo, atividade parlamentar e de legislação.

3.11.2 Área de Biblioteca, Documentação, Informação Parlamentar e Arquivo

Foram definidas para a área de Biblioteca, Documentação, Informação Parlamentar, Arquivo e Atividade Editorial, as seguintes áreas de incidência:

- Informação Bibliográfica
- Informação Legislativa e Parlamentar
- Arquivo

Para se atingir o objetivo proposto, foram previstas para o projeto as seguintes ações:

- Organização de encontros de quadros dos Parlamentos da CPLP;
- Ação de formação na ARP para dois técnicos da ANCV na produção de dossiers de legislação para apoio aos parlamentares e reforço de formação em DocBase;
- Ação de formação na ARP para um técnico da ANCV em métodos e técnicas de tratamento de material fotográfico, conservação de suportes e reforço de formação em DocBase;

- Ação de formação na ARP para técnico na ANCV em técnicas e métodos de produção editorial;
- Missão de assistência técnica a realizar na ANCV por dois técnicos da ARP para reforço de formação nas áreas de arquivo intermédio e fotográfico e base de dados bibliográfica;
- Missão de assistência técnica na área da produção editorial quando se verificar necessário e for solicitado pela ANCV;
- Fornecimento de três chaves de carregamento de dados para a aplicação DocBase;
- Apoio ao desenvolvimento das bases de dados do processo legislativo, atividade parlamentar e legislação;
- Fornecimento de material de acondicionamento de documentos de arquivo intermédio e arquivo fotográfico;
- Envio à Biblioteca da ANCV de todas as publicações editadas pela ARP.

3.11.3 Área de Informática

Previu as seguintes ações:

- Reestruturação da rede informática da ANCV;
- Energia ininterrupta para o Centro de Processamento de Dados;
- Alojamento da página internet da ANCV;
- Execução da política de segurança da informação, abrangendo equipamentos, aplicações e configuração;
- Implementação de base de dados do processo legislativo e atividade parlamentar;
- Formação dos técnicos de Informática da ANCV;
- Apoio ao licenciamento de aplicações.

3.12 Impacto do Programa no Funcionamento dos Serviços da ANCV

Área de Apoio Parlamentar

O nível de execução deste projeto foi bastante satisfatório com a realização de todas as ações previstas. As ações realizadas permitiram:

- Melhoria e consolidação da tramitação legislativa parlamentar;
- Organização da base de dados do processo legislativo, estando neste momento devidamente atualizada com todos os dados;
- Apreciação do Orçamento Geral do Estado (OGE) no prazo regimentalmente estabelecido e elevação da qualidade de relatório produzidos;
- Reforço das competências de controlo e fiscalização, que se reflete quer no processo de apreciação do OGE e na realização de debates sobre os mais variados temas, quer o aumento de visitas e audições parlamentares, quer ainda no aumento de apreciação das petições e de realização de CPI;
- Melhoria da prestação dos Deputados e Técnicos, fruto das visitas de estudo, formações e troca de experiências havidas.

Área de Biblioteca, Documentação, Informação Parlamentar e Arquivo

Os resultados do programa têm contribuído em grande medida para o fortalecimento das competências dos técnicos e melhorias dos serviços ligados à área da Biblioteca, Documentação, Informação Parlamentar e Arquivo, pelo que se pode destacar o seguinte:

- Melhoria no tratamento da documentação e na divulgação das bibliografias;
- Melhoria na prestação de serviços e apoio aos leitores;
- Melhoria no manuseamento das bases de dados;
- Crescimento de fluxo de informação através de instalação de novas bases de dados e a sua publicação na Intranet;
- Enriquecimento notável do fundo bibliográfico da ANCV através de bibliografias recebidas da ARP.

3.12.1 Área de Informática

As ações inscritas no presente programa permitiram alcançar resultados satisfatórios na execução das atividades dos técnicos da ANCV em geral e do Centro de Informática (CI) em particular, pelo que passamos a citar:

- Criação de um novo controlador de domínio pelos técnicos do CI;
- Melhorias de conhecimento em redes estruturadas;

- Aumento de número de salas afetas ao Centro de Informática;
- Criação de um centro de processamento de dados (Server Room);
- Referência nacional ao nível do TIC;
- Melhoria de conhecimento do pessoal dos serviços da ANCV com a realização de ações de formação nas ferramentas de produtividade incluídas no pacote Office;
- Melhoria no domínio de ferramentas ligadas ao desenvolvimento de websites;
- Aperfeiçoamento da resposta do CI às necessidades dos serviços da ANCV com a implementação da solução Gestão de avarias.

3.12.2 Área de apoio Parlamentar

A nível de apoio parlamentar é cada vez mais relevante a troca de informação e a dinamização de redes de contactos. Tendo em conta os constrangimentos orçamentais atualmente existentes, essas redes, com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação podem desenvolver um papel de destaque na cooperação. No II Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo (realizado na AR, em Outubro de 2010) foi deliberado implementar a rede de trabalho de quadros das áreas de apoio ao processo legislativo já criada na sequência primeiro Encontro, através da indicação de um correspondente da rede em cada um dos parlamentos. Tendo a ANCV indicado o seu correspondente, pode a ARP, em conjunto com a ANCV, dinamizar a criação dessa rede de técnicos de Apoio ao Processo Legislativo, eventualmente através do website.

A formação feita, nomeadamente em ambiente de seminário, deve ver reforçada uma componente de ordem prática. Tal poderia ser levado a efeito, através da realização de workshops para a análise de casos concretos e exercícios de grupo, incidindo, no que diz respeito ao processo legislativo, na apreciação da tramitação e gestão de iniciativas concretas de ambos os parlamentos.

Tem sido reconhecido o grande interesse e utilidade na continuação da realização anual dos encontros de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo, como forma de investir na

formação e na qualificação técnica entre os parlamentos membros da ASG-PLP, pelo que se sugere que seja retomada essa prática, eventualmente no próximo ano.

Recomenda-se a continuação de ações, devendo incidir sobre o seguinte:

Formação nas áreas de:

- Apoio às Comissões;
- Apoio ao Plenário;
- Redação.
- Continuação da participação nos Encontros Interparlamentares de Quadros organizados pela ARP no âmbito da ASG-PLP;
- Apoio ao desenvolvimento da base de dados de processo legislativo, atividade parlamentar e de legislação.

3.12.3 Área de Biblioteca, Informação Parlamentar, Arquivo e Atividade Editorial

Recomenda-se que algumas ações deverão continuar a ser contempladas ao nível do novo programa de cooperação, nomeadamente:

- a) Estágio de aperfeiçoamento técnico na ARP sobre produção de dossiers e de legislação comparada;
- b) Visita de estudo à ARP, na área de arquivo audiovisual e conservação de fotografias e a formação dos técnicos da ANCV sobre a produção e edição de brochuras e livros;
- c) Continuação do fornecimento de material de apoio à conservação, higienização e arquivo de documentos;
- d) Continuação do envio de publicações editadas pela Assembleia da República.

3.13 Recomendações/ Constrangimentos

Na assessoria técnica, implementação das seguintes ações/soluções:

- a) Bases de dados do processo legislativo e da atividade parlamentar;
- b) Centro de processamento de dados;
- c) Formação e especialização do pessoal técnico informático da ANCV.

Os constrangimentos :

Ao nível da área de Biblioteca, Documentação, Informação Parlamentar, Arquivo e Atividade Editorial, deve ser referida a grande dependência em relação às infraestruturas informáticas.

No âmbito da execução na área de Informática, importa frisar que apenas o fornecimento do serviço de Internet contínua insatisfatório, situação apenas recentemente ultrapassada com a instalação do cabo submarino e da rede de fibra ótica.

CONCLUSÃO

Constatamos no decorrer do estágio que a Divisão de Redação e Audiovisual deveria recrutar mais colaboradores para o auxiliar nas suas funções, tendo em conta a sobrecarga de trabalho, uma vez que tem datas limites para reproduzir e entregar as atas, fazendo com que os funcionários trabalhem muito levando ao esgotamento intelectual e física e, consequentemente, fazendo com que haja pouca de produtividade.

Concluimos que a Assembleia Nacional deveria divulgar mais o seu trabalho dando mais credibilidade e mais confiança perante a Nação Cabo – Verdiana uma vez que os eleitos Nacionais devem prestar contas a quem lhes conferiu o mandato.

Em relação as visitas feitas a Assembleia Nacional deveria ter um caracter mais expositivos como forma dos visitantes ficar a saber sobre o espaço físico e o funcionamento do mesmo, fazendo com que tenhamos um cidadão mais participativo exercendo a sua cidadania que é um dos pilares essenciais da democracia.

Em relação ao estudo caso proposto anteriormente pode-se concluir que:

As ações calendarizadas para este Programa de Cooperação Parlamentar do triénio 2012-2014 foram executadas de acordo com o programado.

Registaram-se algumas mudanças ao Programa, por comum acordo entre as duas partes, que resultaram da alteração das necessidades da ANCV ou da disponibilidade da ARP.

Nas ações de cooperação a realizar na ARP é relevante conhecer antecipadamente os destinatários da ANCV, de forma a adaptar o programa aos respetivos interesses. Em alguns casos, sobretudo quando os participantes no programa são substituídos por razões de impedimentos pessoais, tem havido alguma dificuldade em alterar o programa que se procura que seja diversificado e ajustado às necessidades. Os técnicos que substituem os que inicialmente foram indicados devem ser da mesma área funcional e ter interesse pelo mesmo programa já previamente definido, sem embargo da capacidade de adaptação da ARP.

Além das ações previstas, foram ainda realizadas outras ações e a doação de diversos materiais informáticos, o que revela uma boa dinâmica do programa, demonstrando a disposição das partes em aproveitar as oportunidades para dar respostas a necessidades que entretanto vão surgindo.

Para além dos relatórios dos Consultores e dos contactos regulares destes com os chefes de projetos na ARP, foram ainda considerados os relatórios realizados pelos funcionários da ARP e da ANCV em cada uma das missões e ações que já tiveram lugar. Da leitura destes últimos conclui-se que o balanço das atividades realizadas em Portugal e em cabo verde é muito positivo.

O resultado dos vários contactos entre funcionários dos dois parlamentos, sobretudo ao nível da metodologia de trabalho, tem-se revelado bastante útil, uma vez que vem aumentar o conhecimento mútuo e as áreas onde poderão incidir futuras ações de cooperação.

As partes consideram que o Programa de Cooperação progrediu a bom ritmo e que a área da informática permanecerá como um dos sectores privilegiados no novo programa.

A experiência já adquirida nos estágios *on job*, ações de formação, seminários, missões de assistência técnica e doação de material, permite concluir que o processo em curso deve ser continuado através da assinatura de um novo programa de cooperação, o qual deverá ser ajustado às necessidades da ANCV e à capacidade financeira e humana da ARP e da ANCV.

As partes reconhecem que o esforço desenvolvido por todos os intervenientes, contribuiu significativamente para o reforço das capacidades, competências e aptidões dos funcionários parlamentares envolvidos e, conseqüentemente, para o fortalecimento da Assembleia Nacional de Cabo Verde, enquanto órgão legislativo e fiscalizador.

Considerando a importância da consolidação dos projetos em curso e a sua contribuição para o aprofundamento e desenvolvimento da Instituição Parlamentar cabo-verdiano, as

partes concluem que a sua continuidade é desejável, pelo que, nesta data, e à luz do que se deixou relatado, é assinado um novo Programa de Cooperação Parlamentar pluridisciplinar e integrado para o triénio 2015-2017.

O objetivo traçados no início do estudo de caso foram alcançados, com as ações de formação que decorreram durante o programa, ficou comprovada a importância do mesmo no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela ANCV.

Tratando de uma cooperação administrativa, todas as áreas foram contempladas e como tal a troca de experiência trás sempre benefícios, no entanto, a área de informática e a Direção de Serviços Parlamentares são as áreas que mais beneficiaram.

Os desafios futuros são continuar a cooperar, cumprindo os programas assinados, visando as áreas de maior interesse para os dois Parlamentos.

Pode-se concluir que o programa de cooperação no triénio 2012/2014 tem sido muito bem aproveitado, levando muitos técnicos a se formarem na ARP e trazendo muitos técnicos da ARP a ANCV, sendo assim recomenda-se o cumprimento das cláusulas do programa para que haja um maior aproveitamento do mesmo. Para que isso aconteça a que dar oportunidades a todas as áreas cooperação e a todos os funcionários.

BIBLIOGRAFIA

Revistas/ Legislação

Assembleia Nacional - 40 anos de História (2015)

Assembleia Nacional *Anuários da Assembleia Nacional* 2009-2010, 2010-2011, 2011-2012, 2012-2013, Praia: Assembleia Nacional (2012).

Constituição da República De Cabo Verde, Ed. 2011, 2ª Revisão Ordinária, (2010)

Lei Orgânica da Assembleia Nacional, de 10 Janeiro 2011

Regulamentos dos Serviços, Edição Assembleia Nacional, Praia; (1998);

Regimento da Assembleia Portuguesa, Edição AR, Maio 2011.

Obras

BARANÃO, Ana - *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. 1ª Edição. 2ª Impressão- Lisboa: Edições Sílabo, Lda. (2008)

Amado, Irlanda (2012), O Parlamento Cabo-verdiano aos olhos dos cidadãos, (2012) .

Lopes, Lívio - Os fundamentos da reforma Parlamentar, (2012)

Duverger, M. Os Grandes Sistemas Políticos. Coimbra, Almeida, Vol.1. (1985).

Lijphart, Arend, Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governos em 36 Países. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (2003). .

Pasquino, Gianfranco, Ciências Políticas. Cascais, Principia, 1ª Edição. (2002). .

Nascimento Alessandra, Diplomacia e Cooperação: Relações Internacionais Cabo Verde/Brasil, (2010) .

Sítios:

www.parlamento.cv Protocolo de cooperação entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e Assembleia da Republica Portuguesa (1995), consultado de 12/4 á 14/05/2016.

<http://www.prociv.pt/> consultado em 20/06/2016 .

<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa> consultada em 20/05/2016

Anexos

ANEXO 1: Programa de estágio



UNIVERSIDADE DO MINDELO

Sapientia Ars Vivendi

Aluno: Maria do Carmo Medina Monteiro	
Curso: Ciência Política e Relações Internacionais	Duração do estágio: 480H
Data de início: 09 de Março de 2015	Data de término: 13 de Abril de 2015

Entidade Acolhedora: Assembleia Nacional	
Área/Ramo de actuação: Divisão de Administração e Recursos Humanos	
Endereço: Achada Santo António – CP -20/A	
Telefone: 00 (238) 2608000	E-mail: ancv@parlamento.cv
Orientador do estágio (da entidade acolhedora): Virgílio Moreno Sousa Graça	Cargo/Função: Técnico Parlamentar

Professor Orientador: Risanda Soares	
Telefone: 2326810/9978037	E-mail: risanda.soares@uni-mindelo.edu.cv
Data limite para entrega do relatório corrigido:	Data prevista para a defesa do estágio:

ÁREAS DE ACTUAÇÃO NO ESTÁGIO: A **Orgânica e Funcionamento da Empresa ou da Instituição**; Os **Serviços Administrativos**; A **Organização e a Gestão Documental**; A **Comunicação Interna e Externa**; **Organização e Gestão Financeira**; **Entidades parceiras/colaboradores externos**

ACTIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

- **Orgânica e Funcionamento da Empresa:** Missão, Visão, Objectivos e Áreas de Actividades; Orgânica da Empresa/Instituição, as Direcções, os Departamentos, os Serviços Diversos e as respectivas Funções; Organização Geral; Procedimentos.
- **Serviços Administrativos:** Organização e Gestão dos Serviços Administrativos; Actividades e Processos Administrativos; Os Serviços Administrativos e a Logística da Empresa; gestão pessoal
- **Organização e Gestão Documental:** Organização e Arquivos/Armazenamento; Circuitos e Fluxos dos Documentos; Recepção e Distribuição; Suportes Informáticos;
- **Comunicação Interna e Externa:** Organização; Sistemas e Procedimentos; Meios e Circuitos de Comunicação; Comunicação de Voz; Correio Electrónico; Principais Barreiras da Comunicação/Inovações.
- **Organização e Gestão Financeira:** Organização e alguns procedimentos em função das áreas de actuação e prioridades; Análise dos Balanços; Os Custos;
- **Estudo de caso:** Escolher um tema ligado a Instituição e problematizar a área de especialização do estágio, resultado de uma investigação académica com apresentação de resultados e sugestões

Carga Horária Diária Máxima:

O Orientador de Estágio

O Aluno

O Professor Orientador

Direção de Serviços Parlamentares (ANCV)	1	Estágio on the job para redatores e técnicos Parlamentares – DSATS	Junho	ARP
	2	I. Seminário “Os órgãos e entidades independentes que funcionam junto dos Parlamentos- eleição e regime legal” II. Seminário “Avaliação de políticas públicas – o caso das reformas recentes do enquadramento orçamental e da sustentabilidade das finanças públicas”	Abril e setembro de 2012	Videoconferência
	3	As bases de dados para o apoio ao trabalho dos Deputados	Março de 2012	ARP
	4	Consolidação legislativa	Janeiro de 2012	Videoconferência
	5	Formação sobre tramitação dos acordos internacionais– DSATS		Videoconferência
	6	Canal Parlamento - estágios on the job (a confirmar mediante a constituição dessa estrutura na ANCV)	Outubro 2012	ARP

	7	III. Seminário “Laboratório prático de redação legislativa”	Agosto de 2012	Videoconferência
	8	Estágio on the job sobre Edição eletrónica da 1ª e 2ª série do DACV	Fevereiro de 2013	ARP
	9	Missão de assistência técnica para acompanhamento da implementação de sistema de televisão na ANCV (Edição, Gestão de arquivos e Multimédia)	Março 2013	ANCV
Divisão da Biblioteca (ANCV)	10	Formação em Introdução às Técnicas Documentais (BAD-Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas)	Abril de 2013	BAD/Lisboa
	11	Estágio on the job na DILP (área da produção da informação legislativa e Parlamentar).		ARP
Divisão de Arquivo Parlamentar (ANCV)	12	Acompanhamento técnico/assessoria na elaboração do Plano de Classificação de Documentos	Novembro de 2013	via email
	13	Disponibilização da base de dados do Arquivo Áudio e Audiovisual		ANCV

	14	Estágio no Arquivo Audiovisual da ARP – DSDIC	Maio de 2013	ARP
	15	Reforço na formação sobre os Princípios Arquivísticos		ARP
	16	Reforço na formação sobre descrição documental	Janeiro de 2014	ARP
Divisão de Documentação e Informação Parlamentar (ANCV)	17	Missão de apoio às atividades de preparação da comemoração do aniversário da independência nacional	Junho/Julho de 2014	ANCV
	18	Formação e capacitação na área de Museologia e Museografia – Museu	Abril de 2014	ARP
	19	Apoio na aquisição de material específico para o Museu – Museu		ARP
	20	Estágio on the job na área de edições: continuidade na capacitação de técnicos na área de edições, com vista a elaboração de materiais de divulgação das atividades da ANCV		ARP

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (ANCV)	21	Fecho de contas (balanço, balancete e conta de gerência) e elaboração do orçamento, processo de cabimentação, lançamento e pagamento		ARP
	22	Seminário sobre concursos públicos para a aquisição de serviços e equipamentos	Dezembro de 2014	ANCV
	23	Formação e prática de como se processa a gestão dos planos de formação, avaliação da formação, instrumento de avaliação de desempenho e formação de formadores	Julho/Agosto de 2014	ARP
	24	Mapeamento de competências dos recursos humanos (gestão de recursos humanos, recrutamento, seleção e alocação de servidores)		ARP
	25	Estágio on job sobre o processo de contratação		ARP
	26	Catálogo de bens patrimoniais (rastreamento e identificação de bens patrimoniais com código de barras)		ARP

	27	Gestão de Stocks		ARP
	28	Troca de experiência na área de manutenção de bens patrimoniais		ARP
Direção de Serviços de Relações Públicas e Internacionais (ANCV)	29	Seminário sobre Diplomacia Parlamentar e Cooperação Parlamentar Bilateral e Multilateral	junho./julho de 2014	ANCV
		Formação de Técnicos Parlamentares para a Aprendizagem de Técnicas de Divulgação do		ANCV
	31	Workshop sobre a Elaboração e Análise de Projetos de Cooperação na Área Internacional	Fevereiro de 2014	ANCV
	32	Seminário sobre as Relações Públicas nos Parlamentos: a comunicação interna e externa		ANCV
	33	Estágio on the job sobre o Cerimonial Parlamentar na ARP, no âmbito da Sessão Solene	Março de 2014	ARP
	34	Colaboração/Assessoria da ARP no âmbito da cooperação com as Organizações	Marco de 2014	ARP

Direção de Serviços de Informática (ANCV)	35	Apoio à definição e elaboração de um caderno de encargos para a Intranet do Parlamento	Junho/Julho de 2014	Videoconferência
	36	Apoio na elaboração de especificações técnicas para a aquisição de um sistema de gestão documental		Videoconferência
	37	Apoio na implementação do Helpdesk e das boas práticas		Videoconferência
	38	Atualização da base de dados do Arquivo Histórico da Assembleia Nacional de Cabo Verde, incluindo a base de dados audiovisual – CINF		Videoconferência
	39	Formação avançada na manutenção de	Novembro de 2014	Formação externa
	40	Formação CISCO, (ROUTER, SWITCH,		Formação externa

Sistema Integrado de Informação Legislativa e Parlamentar (ANCV)	41	Assessoria na implementação da Base de Dados da Atividade Parlamentar, constituído sobre a base Bungeni, nos termos do Memorando de Entendimento de 26 de março de 2014.	Todo o período do Programa	
---	----	--	----------------------------	--

Anexo 2: Ações de cooperação parlamentar